MUSEU FREI GALVÃO
ARQUIVO MEMÓRIA DE GUARATINGUETÁ
CENTRO SOCIAL DE GUARATINGUETÁ
PRAÇA CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES, Nº 48 - 2º ANDAR
museufreigalvao@yahoo.com.br
2006 nº 259

Mulheres Anônimas e Independentes em Guaratinguetá - Século XIX

A historiografia brasileira desmontou nos últimos anos o mito da mulher submissa criada somente para o casamento, a procriação e o mundo doméstico. Segundo as novas interpretações, boa parcela das mulheres exerceu papéis e profissões diversificadas na sociedade dos séculos XVIII-XIX. Mulheres anônimas e independentes que traçaram o próprio destino.

Em Guaratinguetá não foi diferente e Saint-Hilaire (p. 89) nos dá uma pista bem próxima da verdade ao descrevê-las como amazonas: " *... encontramos um número bastante grande de mulheres montadas* [a cavalo] *e, muitas mesmo, não estavam acompanhadas por homem algum. As mulheres pobres andam com as pernas e muitas vezes os pés nus, usam saia e camisa de algodão, e levam aos ombros uma capa ou grande pedaço de pano azul, tendo a cabeça um chapéu de feltro*" (Saint-Hilaire, p. 89), bem como Herrmann (p.146), ao observar que " *as mulheres [...] plantam café em terra alheia, compram pequenas glebas, vivem de suas costuras na zona urbana*", ganhando, com isso, representação econômica.

Em 1815, mulheres livres, solteiras ou viúvas, na maioria pardas (mulheres de ganho), trabalhavam no pequeno comércio, em profissões artesanais ou em atividades rentistas (aluguel de imóveis e jornais de escravos), atendendo a



população em geral, principalmente os segmentos mais prósperos, com os quais mantinham negócios, permitindo, desse modo, não somente um estrito relacionamento comercial entre as classes econômicas, mas, também, um intenso relacionamento social, como o caso de Anna Crioula Negra, viúva, com filhos, e ex-escrava (liberta em testamento) do Sargento mor Antônio Ferraz de Araújo e de sua mulher, Dona Antônia Galvão de França, que possuía uma pequena chácara, três escravos e cento e setenta pés de café, arrendados para Antônio Rodrigues Maia, por 12$800 anuais, tirando daí o sustento para a sua família (Inventários e Testamentos do 1° Ofício – Guaratinguetá). As mulheres brancas e casadas, por sua vez, em sua maioria, exerciam papéis tradicionais da maternidade, da culinária e do cozer, e as viúvas, em muitos casos, administravam, juntamente com os filhos e escravos, a herança deixada pelo marido, como Dona Ana Joaquina Galvão de França, mulher branca, de 67 anos, viúva, moradora no bairro do Potim, em 1818, que era *"senhora de engenho, fazendeira nos seus prados, criadora de animais"*. As solteiras, pardas ou brancas, solitárias ou com filhos e agregados, viviam principalmente de fiar algodão, dos jornais dos filhos, do comércio ou da pequena agricultura de subsistência. Além dessas, existiam, também, as mulheres meretrizes, trabalhando, na maior parte, na zona urbana, dando os pecados da carne ao viajantes e tropeiros de passagem pela vila, aparecendo, em parte e sem identificação, nos registros paroquiais, batizando seus filhos de pai desconhecido.

Em 1836, a vila contava com uma população de 6.708 habitantes, considerando livres e cativos, e desta, 2.716 eram mulheres (40,5%), sendo 1.687 livres (62,1% do total de mulheres), com maior contingente nas faixa entre 10 e 20 anos (30,5%) e 20 a 30 anos (26,2%). Considerando-se apenas a categoria de livres, temos um maior número de mulheres (52,1%), de um total de 3.238 indivíduos (MULLER, p. 133) e nesse universo as possibilidades sócio-profissionais expandiram-se, com um maior número de mulheres solteiras ou viúvas, vivendo sozinhas ou em companhia de filhos, parentes ou agregados, exercendo outras atividades, que lhes rendiam, no geral, algo em torno de 20$000 a 100$000 anuais. Eram donas de pequenas tabernas, localizadas, em sua maioria na zona urbana ou na beira das estradas, comercializando milho ou aguardente, obtidos , como antes, dos senhores de engenho e dos agricultores de pequena monta, ou donas de armazém, com atividades paralelas exercidos pelos filhos, a exemplo de uma família formada somente por mulheres:

"Rita Maria de Sá, parda, solteira, 42, armazém, c.p. 50$, filhos Zelinda Rosa do Nascimento, 20, parda, padeira, 60$, Maria, 18, Rosa, 7, José, 3, 3 escravos. Agregada Margarida Antonia de Jesus, 19, branca, solteira"

Além destas, outras mulheres, solteiras ou viúvas, vivendo sozinhas ou na companhia de irmãs, parentas afins, agregados e escravos, exerciam atividades

como: rendeira, negociante de molhados, seleira, caixeira, boiadeira, quitandeira, proprietária de loja de fazendas (tecidos, etc.), paneleira, etc.

Com pecúlio próprio, embora pequeno, muitas conseguiram inserção social e privilégios reservados principalmente para membros de famílias ricas, como Inácia Maria de Santana, liberta parda, natural da Vila de São João Del Rei, falecida, em 22/10/1839, em Guaratinguetá. Filha de pais desconhecidos, exposta na casa de Gonçalo Garcia e Alves, fez seu testamento, aos 50 anos de idade, deixando explícito querer uma sepultura na igreja matriz, ao pé do altar de Nossa Senhora das Dores (reservada aos brancos de posse), pois era parte integrante da irmandade do mesmo nome. Pediu que todos os sacerdotes da vila acompanhassem o seu corpo e que fossem cantados mementos na rua. Deixou para o seu testamenteiro, um branco, um mulatinho e duas crioulinhas, seus escravos.

Entre as mulheres brancas e principalmente viúvas, o registro paroquial de terras, de 1856, registra 147 proprietárias de terras, sítios e fazendas, fruto da herança dos maridos, representando 20,3 % das declarações, concentrando-se, a maioria, no bairro dos Motas e no Itaguaçú (regiões de Roseira e Aparecida) e, no período 1871-1877, aparecem 267 mulheres fazendo vários tipos de transações imobiliárias, comprando ou vendendo os mais diferentes bens urbanos e rurais.

Em 1872, mais uma vez a situação é de aumento e intensificação do trabalho feminino, com o surgimento de outras possibilidades. Segundo Herrmann (p. 146), a maioria continuava a trabalhar com atividades ligadas ao vestiário e à costura (1047); 40 com tecidos; 21 manufatureiras e fabricantes; 14 nas atividades de comércio, caixeiro, guarda-livros e farmácia e, ainda, as novas profissões: três médicas; sete professoras no magistério e duas nas ciências, letras e artes; 4 religiosas. No magistério destacaram-se, ensinando em escolas públicas ou particulares, desde 1827, as professoras Dona Inês Teodora (C.c. Vitoriano José da Costa, negociante na vila), Dona Antônia Francisca das Chagas, Dona Maria Thereza Marcondes de Meirelles (diretora do Colégio Santa Thereza) e Dona Pórcia Clementina de Castro Santos (MAIA, p. 8), para uma clientela que, em 1861 (ZALUAR, p. 80), era de apenas 225 alunos, distribuídos em duas escolas de ensino primário, duas particulares, uma do sexo feminino, uma cadeira de latim e francês e um colégio particular de meninas (existindo outras). Na área religiosa, as 4 irmãs citadas por Herrmann estariam ligadas, possivelmente, ao Asilo do Bom Pastor, fundado pelo Padre Manuel Martiniano de Oliveira, em 1856, que cuidava de meninas órfãs e pobres com a ajuda de outras mulheres benfeitoras e de reconhecida probidade, entre as quais, as citadas por Zaluar (p. 83): Dona Rosa Maria de Jesus e Dona Mariana Antônia de Jesus. No Almanak da Província de São Paulo, para o ano de 1873, aparecem ainda, 3 professoras públicas (Dona Isabel Maria Pagã Fragoso, Dona Antônia Rosa de Oliveira, Dona Adelina Brasília

de Macedo), 1 proprietária de loja de fazenda (panos e vestuários) e 14 fazendeiras, entre elas, Dona Guilhermina Cândida de Oliveira Borges, viúva do Major Martiniano, que, juntamente com os dois genros Rodrigues Alves, formou a firma Viúva Borges & Genros, para plantio e comercialização de café (MOURA, p. 192).

No último quartel do século XIX e na primeira metade do século seguinte, a penetração da mulher no mundo do trabalho fica cada vez maior, principalmente com a criação da Escola Normal de Guaratinguetá, em 1902, culminando com sua inscrição, na década de 1930, no rol dos eleitores do país.

Joaquim Roberto Fagundes

Fontes de Consulta: Manuscritas

ARQUIVO DO ESTADO. *Recenseamento das Ordenanças de Guaratinguetá – 1815-1818-1836.*_____ . *Registro Paroquial de Terra de Guaratinguetá, 1856.* MUSEU FREI GALVÃO - ARQUIVO MEMÓRIA DE GUARATINGUETÁ. *Inventários e Testamentos do 1° Ofício.*

_____ . *Livros de Distribuição de Escrituras – 1871-1877.*

CÚRIA METROPOLITANA DE APARECIDA. *Registros Paroquiais de batismos, casamentos e óbitos – 1798-1855.*

Bibliografia:

COSTA, Iraci Del Nero, NOZOE, Nelson Hideiki. *Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores.*

HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos.* São Paulo, IPE/USP, 1986. (Ed. fac-similada)

MAIA, Thereza & Tom. *A mulher e o Vale do Paraíba.* São Paulo, EBID.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O Visconde de Guaratinguetá. Um fazendeiro de café no Vale do Paraíba.* 2.ed., São Paulo, Studio Nobel, 2002.

MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo.* 3 ed. fac-similada, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulística, XI.)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem à Província de São Paulo.* São Paulo, Livraria Martins Editora S/A, 1954. (Biblioteca Histórica Paulista, VI.)

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial.* São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp, 1984. (Coleção Coroa Vermelha, 6.)

ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861).* São Paulo, Ed. Itatia/Edusp, 1975. (Reconquista do Brasil, 23)

Notas: - O autor e o Museu Frei Galvão homenageiam as mulheres anônimas por seu papel na preservação do nosso artesanato e trabalho autônomo, feitos com amor e originalidade. - **Desenho:** vendedora de quitutes no Largo da Quitanda hoje Praça Conselheiro Rodrigues Alves. Desenho de Tom Maia, baseado em fotografia do início do século vinte.